

Ano 14 | Número 140 | Março de 2017

# Empresa

Brasil

**CACB**  
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES  
COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

## **Governo confirma que não haverá prorrogação do prazo para a entrada em vigor do e-Social**

Por enquanto, poucas empresas estão se adaptando a essa mudança,  
que exige lançamento de dados em um sistema informatizado

POLÍTICA DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM TENDE A CRESCER NO BRASIL



## DIRETORIA DA CACB TRIÊNIO 2016/2018

### PRESIDENTE

George Teixeira Pinheiro (AC)

### 1º VICE-PRESIDENTE

Jésus Mendes Costa (RJ)

### VICE-PRESIDENTES

Alencar Burti (SP)  
Emílio César Ribeiro Parolini (MG)  
Ernesto João Reck (SC)  
Francisco de Assis Silva (DF)  
Guido Bresolin (PR)  
Itamar Manso Maciel Júnior (RN)  
Jussara Pereira Barbosa (PE)  
Kennedy Davidson Pinaud Calheiros (AL)  
Olavo Rogério Bastos das Neves (PA)

### VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

### VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Luiz Carlos Furtado Neves (SC)

### VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS

Rainer Zielasko (PR)

### DIRETOR-SECRETÁRIO

Jarbas Luis Meurer (TO)

### DIRETOR FINANCEIRO

Jonas Alves de Souza (MT)

### CONSELHO FISCAL TITULAR

Amarildo Selva Lovato (ES)  
Valdemar Pinheiro (AM)  
Wladimir Alves Torres (SE)

### CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Domingos Sousa Silva Júnior (MA)  
Ubiratan Silva Lopes (GO)  
Pedro José (TO)

### CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA

Neiva Suzete Dreger Kieling (SC)

### CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO

Fernando Fagundes Milagres

### SUPERINTENDENTE DA CACB

Juliana Kämpf

### GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

César Augusto Silva

### COORDENADOR DO EMPREENDEDOR

Carlos Alberto Rezende

### COORDENADOR DA CBMAE

Eduardo Vieira

### COORDENADOR DO PROGERECS

Luiz Antônio Bortolin

### COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

fróes, berlato associadas

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Neusa Galli Fróes

SCS Quadra 3 Bloco A

Lote 126

Edifício CACB

61 3321-1311

70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

# Federações CACB

**Acre** – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Acre – FEDERACRE

Presidente: Rubenir Nogueira Guerra  
Avenida Ceará, 2351 Bairro: Centro  
Cidade: Rio Branco CEP: 69909-460

**Alagoas** – Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas – FEDERALAGOAS

Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros  
Rua Sá e Albuquerque, 302 Bairro: Jaraguá  
Cidade: Maceió CEP: 57.020-050

**Amapá** – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA

Presidente: Nonato Altair Marques Pereira  
Rua Eliéser Levy, 1122 Bairro Centro  
Cidade: Macapá CEP: 68.900-083

**Amazonas** – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Amazonas – FACEA

Presidente: Valdemar Pinheiro  
Av. Senador Álvaro Maia, 2166 Sala 01 – Praça 14 de Janeiro  
Bairro: Centro Cidade: Manaus CEP: 69.020-210

**Bahia** – Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia – FACEB

Presidente: Clóves Lopes Cedraz  
Rua Conselheiro Dantas, 5 Edifício Pernambuco, 9º andar  
Bairro: Comércio Cidade: Salvador CEP: 40.015-070

**Ceará** – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC

Presidente: João Porto Guimarães  
Rua Doutor João Moreira, 207 Bairro: Centro  
Cidade: Fortaleza CEP: 60.030-000

**Distrito Federal** – Federação das Associações Comerciais e

Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF  
Presidente: Francisco de Assis Silva  
Quadra 01, Área Especial 03, Lote 01, Núcleo Bandeirante, Setor de Indústria Bernardo Sayão  
Cidade: Núcleo Bandeirante/DF CEP: 71735-167

**Espírito Santo** – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES  
Presidente: Amarildo Selva Lovato  
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955. Ed. Global Tower, sala 713,  
7º andar - Bairro: Enseada do Suã - Cidade: Vitória - CEP: 29.050-335

**Goiás** – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG  
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes  
Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01  
Bairro: Setor Marista Cidade: Goiânia CEP: 74.170-110

**Maranhão** – Federação das Associações Empresariais do

Maranhão – FAEM  
Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior  
Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.  
Bairro: São Francisco - São Luis  
CEP: 65.076-360

**Mato Grosso** – Federação das Associações Comerciais e

Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACIMAT  
Presidente: Jonas Alves de Souza  
Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio  
2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte Cidade: Cuiabá CEP: 78.005-020

**Mato Grosso do Sul** – Federação das Associações Empresariais do

Mato Grosso do Sul – FAEMS  
Presidente: Alfredo Zamlutti Júnior  
Rua Piratininga, 399 – Jardim dos Estados  
Cidade: Campo Grande CEP: 79021-210

**Minas Gerais** – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de

Minas Gerais – FEDERAMINAS  
Presidente: Emílio César Ribeiro Parolini  
Av. Afonso Pena, 726, 15º andar  
Bairro: Centro Cidade: Belo Horizonte CEP: 30.130-003

**Pará** – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Pará – FACIAPA  
Presidente: Fábio Lúcio de Souza Costa  
Avenida Presidente Vargas, 158 - 2º andar, bloco 203  
Bairro: Campina Cidade: Belém CEP: 66.010-000

**Paraíba** – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da

Paraíba – FACEPB  
Presidente: Alexandre José Beltrão Moura  
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar  
Bairro: Bodocongo Cidade: Campina Grande CEP: 58.100-001

**Paraná** – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do

Paraná – FACIAP  
Presidente: Marco Tadeu Barbosa  
Rua: Heitor Stockler de Franca, 356  
Bairro: Centro Cidade: Curitiba CEP: 80.030-030

**Pernambuco** – Federação das Associações Comerciais e

Empresariais de Pernambuco – FACEP  
Presidente: Jaime Espósito de Lima Filho  
Rua do Bom Jesus, 215 - 1º andar  
Bairro: Recife Cidade: Recife CEP: 50.030-170

**Piauí** – Associação Comercial Piauiense - ACP

Presidente: José Elias Tajra  
Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.  
Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro  
Cidade: Teresina CEP: 64.001-060

**Rio de Janeiro** – Federação das Associações Comerciais e Empresariais

do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ  
Presidente: Jésus Mendes Costa  
Rua Visconde de Inhaúma, 134 - Grupo 505 - Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro CEP: 20.091-007

**Rio Grande do Norte** – Federação das Associações Comerciais do Rio

Grande do Norte – FACERN  
Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior  
Avenida Duque de Caxias, 191 Bairro: Ribeira  
Cidade: Natal CEP: 59.012-200

**Rio Grande do Sul** – Federação das Associações Comerciais e de

Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL  
Presidente: Simone Leite  
Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar  
Palácio do Comércio - Bairro: Centro  
Cidade: Porto Alegre CEP: 90.030-110

**Rondônia** – Federação das Associações Comerciais

e Industriais do Estado de Rondônia – FACER  
Presidente: Gerçon Szezerbatz Zanato  
Rua Senador Álvaro Maia, nº 2697, Bairro: Liberdade  
Cidade: Porto Velho CEP: 76.803-892

**Roraima** – Federação das Associações Comerciais e Industriais de

Roraima – FACIR  
Presidente: Joaquim Gonçalves Santiago Filho  
Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar  
Bairro: Centro Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

**Santa Catarina** – Federação das Associações Empresariais de Santa

Catarina – FACISC  
Presidente: Ernesto João Reck  
Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro  
Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

**São Paulo** – Federação das Associações Comerciais do Estado de

São Paulo – FACESP  
Presidente: Alencar Burti  
Rua Boa Vista, 63, 3º andar Bairro: Centro  
Cidade: São Paulo CEP: 01.014-001

**Sergipe** – Federação das Associações Comerciais, Industriais e

Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASSE  
Presidente: Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio  
Rua José do Prado Franco, 557 - Bairro: Centro  
Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

**Tocantins** – Federação das Associações Comerciais e Industriais

do Estado de Tocantins – FACIET  
Presidente: Fabiano Roberto Matos do Vale Filho  
103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -  
Bairro: Centro Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

• O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresário brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

## Razões para o otimismo

O ano de 2017 começou com bons prenúncios na economia. Não bastassem a queda da taxa Selic, o controle da inflação e a estabilidade da moeda, sem mencionar as reformas que estão por vir – da Previdência e a trabalhista –, o país se prepara para colher mais uma safra recorde que deve despejar mais de R\$ 200 bilhões na economia. Isso significa menos pressão nos preços ao consumidor e, dependendo da cotação do real, bons ganhos com as exportações do agronegócio que, no ano passado, representaram US\$ 85 bilhões, de um total exportado pelo Brasil de US\$ 187 bilhões.

Mais dinheiro nas zonas de produção rural deve impulsionar o consumo e favorecer as indústrias de máquinas e insumos agrícolas.

De outra parte, o governo também se prepara para as concessões na infraestrutura, que precisam mobilizar o capital privado para acontecer.

Mesmo diante das incontáveis dificuldades, o fato é que o governo reformista do presidente Michel Temer vem surpreendendo positivamente, o que reforça nosso otimismo com o Brasil.

Nessa linha, a CACB se incorpora a ações que têm por

objetivo tornar o arcabouço da legislação brasileira de acordo com os novos tempos. Um exemplo é o e-Social.

Conforme a reportagem desta edição, são poucas as empresas que despertaram para a tarefa de adaptar-se a essa mudança na relação empregador x trabalhador. E se elas deixarem para se preocupar com o e-Social mais para frente, não haverá tempo para isso.

Ainda nesta edição de *Empresa Brasil*, destacamos o convênio de Retomada do Programa Empreender com o Sebrae, que ultrapassou as metas estipuladas para o período, alcançando 1.591 empresas.

Outro assunto de destaque é a matéria da editoria de Internacional em que é relatado o potencial de mercado da Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CECPLP), da qual a CACB, com imensa honra, passou a fazer parte. Entre os objetivos do grupo, estão reforçar a diplomacia e cooperação entre os seus integrantes, além de difundir a língua portuguesa. A grande conquista da gestão brasileira deve ser a implantação de um Banco de Desenvolvimento, assim como já acontece na Europa.



*George Teixeira Pinheiro, presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil*

Foto: AA+W/fotolia.com



Foto: Beto Barata



Foto: Jonas Oliveira/Divulgação



**Coordenação Editorial:** Neusa Galli Fróes  
fróes, berlato associadas  
escritório de comunicação

**Edição:** Milton Wells - mwells@terra.com.br

**Projeto gráfico:** Vinícius Kraskin

**Diagramação:** Kraskin Comunicação

**Foto da capa:** Arpad Nagy-Bagoly/fotolia.com

**Revisão:** Press Revisão

**Colaboradores:** Rosângela Garcia, Katiuscia Sotomayor,  
Joana Albuquerque, Tagli Padilha, Gabriela Brandalise e Yuri Villacorta.

**Execução:** Editora Matita Perê Ltda.

**Comercialização:** Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br

### 3 PALAVRA DO PRESIDENTE

O ano de 2017 começou com bons prenúncios. Não bastassem a queda da taxa Selic, o controle da inflação e a estabilidade da moeda, sem mencionar as reformas que estão por vir – da Previdência e a trabalhista –, o país se prepara para colher mais uma safra recorde que deve injetar R\$ 200 bilhões na economia.

### 5 PELO BRASIL

Marco Tadeu Barbosa assume a presidência da Faciap.

### 8 MATÉRIA DE CAPA

Por que é preciso se preparar para o e-Social com antecedência.

### 12 MPES

Empresas optantes pelo Simples renegociaram mais de R\$ 16 bi em dívidas com a Receita Federal.

### 14 INTERNACIONAL

Bloco dos Países de Língua Portuguesa articula criação de banco de fomento.

### 16 FEDERAÇÕES

Fábio Lúcio Costa toma posse como novo presidente da Faciapa.

### 18 CONJUNTURA

A volta do crescimento.

### 20 CBMAE

Política de incentivo à mediação e arbitragem tende a crescer no Brasil.

### 22 EMPREENDER

Associações Comerciais já superam 50% das metas do Programa.

### 26 AGRONEGÓCIO

Safra recorde irá injetar R\$ 200 bilhões na economia.

### 28 TRABALHO

Juiz do Trabalho do Paraná integra grupo responsável pela nova legislação trabalhista.

### 30 LIVRO

O verdadeiro herói nacional.

### 31 ARTIGO

Dívidas antigas, solução agora. Por Dora Ramos.

## Marco Tadeu Barbosa assume a presidência da Faciap

O empresário Marco Tadeu Barbosa tomou posse como presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap), em 17 de fevereiro, durante cerimônia no restaurante Madalosso, em Curitiba. Junto a ele, também foram empossados os vice-presidentes do Conselho de Administração, os membros do Conselho Superior e os membros do Faciap Mulher e do Faciap Jovem.

O presidente eleito, Marco Tadeu Barbosa, lembrou que o sistema Faciap é formado por pequenas associações



*Marco Tadeu Barbosa:  
"Associações assim são o porto seguro do setor produtivo das cidades em que atuam"*

comerciais, perfil semelhante ao de grande parte das empresas do país. "Muitas associações trabalham com quase nenhuma estrutura. Mas, mesmo assim, são o porto seguro do setor produtivo das cidades em que atuam.

São a única referência das empresas, principalmente das pequenas cidades. São as fomentadoras do desenvolvimento." Segundo ele, a gestão 2017-2018 quer trabalhar para fortalecer e integrar essas entidades.

## Presidente da CACB parabenizou nova diretoria

Em seu discurso, o presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), George Pinheiro, parabenizou a nova diretoria da Faciap e lembrou que o ano de 2017 será de muito trabalho. "Depois de um 2016 muito difícil, a recessão nos deixou seu

lado mais perverso: mais de 12 milhões de desempregados. Precisamos retomar os empregos. O Estado brasileiro precisa gastar menos, adotando um rigoroso ajuste fiscal. É fundamental também tornar amistosa a relação entre o setor público e setor privado", disse George Pinheiro.



*George Pinheiro:  
"O Estado brasileiro precisa gastar menos, adotando um rigoroso ajuste fiscal"*

# 3º Fórum DEL debate os desafios das entidades no atual cenário econômico e político

Começaram os preparativos para o 3º Fórum Anual do DEL, programa consolidado que incentiva a melhoria do desenvolvimento local, desenvolvido pela Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc), com apoio do programa AL Invest, projeto financiado pela União Europeia. Neste ano, o evento será realizado na cidade de São José, nos dias 7 e 8 de março. É voltado para agentes públicos e privados, entre eles prefeitos e empresários, representantes de cerca de 30 cidades catarinenses.

Dentre as novidades da programação, está a palestra de abertura com a renomada cientista social e política Elis Radmann, que irá abordar a "Relação pública/privada no processo de governança e diversificação econômica". Uma oportunidade para o público se informar sobre os movimentos comportamentais da sociedade frente ao atual cenário político e econômico, saber do seu papel e como enfrentar os desafios.

Foto: Divulgação



Elis Radmann

### O Programa DEL

O Programa Desenvolvimento Econômico Local (DEL) tem como objetivo instituir um modelo de gestão capaz de contribuir para o desenvolvimento das cidades catarinenses. Por meio do Programa, os municípios unem iniciativa pública e privada para garantir a continuidade dos projetos de interesse da comunidade, em prol do desenvolvimento econômico sustentável do município. Tudo feito em parceria e por meio da implementação da política de desenvolvimento socioeconômico.

## Mais de 80 ACIs já firmaram parcerias para a 15ª Expogestão

A Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc) incentiva a participação de presidentes e executivos de Associações Empresariais no maior evento de gestão do Sul do país, a Expogestão. Até agora, são mais de 80 parcerias já firmadas com as ACIs. A Expogestão ocorrerá na Expoville, em Joinville, de 9 a 11 de maio.

Um dos destaques da programação é a Sessão Futuro e Tendências, que traz dois especialistas no tema: Gilberto Peralta, presidente e CEO da GE do Brasil, uma das empresas mais ativas e pioneiras no cenário global da Internet Industrial; e Richard Mark Soley, diretor executivo do Industrial Internet Consortium (Consórcio de Internet Industrial), criado nos Estados Unidos em 2014 e que hoje congrega cerca de 250 associados de mais de 30 países. O IIC inspirou a criação, em Joinville, da Associação Brasileira de Internet Industrial (ABII).

## Com renda para a Apae, Sérgio Moro fará palestra em Maringá

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava-jato, estará em Maringá, em 17 de março, para proferir palestra no Excellence Centro de Eventos, às 20 horas. O tema da palestra será 'Fortalecendo a regra da lei no Brasil'.

A renda da venda dos convites será revertida para a Apae. Para filiados à Associação Comercial e Empresarial

de Maringá (Acim), o convite custará R\$ 125. Para não associados, o valor será de R\$ 250, mas quem levar um quilo de alimento não perecível no dia da palestra pagará R\$ 150. Para pessoas com mais de 60 anos, estudantes, deficientes, doadores de sangue e professores (que são o público com direito à meia-entrada, segundo a lei), o valor será de R\$ 125.



Foto: Faciap

Juiz federal Sérgio Moro

## Fórum da ACSP debate reformas para o Brasil crescer

O senador Pedro Chaves (PSC-MS) defendeu a reforma do ensino médio aprovada pelo Congresso Nacional em fevereiro, durante palestra sobre reforma educacional no Fórum Reforma Brasil, promovido pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e pela Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo na capital paulista, em 6 de março.

“É uma coisa inaceitável que o currículo fosse tão engessado, com disciplinas tão fragmentadas. É preci-

so regionalizar o ensino”, afirmou Chaves. “A regionalização permitirá flexibilização e variação do ensino por estado.”

Para o presidente da ACSP e da Fapesp, Alencar Burti, é consenso hoje na sociedade o importante papel que um ambiente institucional favorável exerce para que uma nação use de forma eficiente seus recursos e aumente o bem-estar de sua população. “Precisamos de um projeto de nação capaz de mobilizar e unir a sociedade, resgatan-

do a coesão social, esgarçada por uma luta política que, em muitos casos, superou os limites do tolerável”, disse na abertura do encontro.

O presidente da CACB, George Teixeira, disse que irá incentivar que todos os estados promovam debates como o que foi promovido pela ACSP. O evento contou ainda com a participação do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, Ives Gandra Martins, Pedro Simon, Fernando Scaff e Bernard Appy.



*Ministério do Trabalho e Emprego confirmou que os prazos não serão prorrogados*

## Por que é preciso se preparar para o e-Social com antecedência

Implantação requer vários testes, identificação com seus dados e módulos, sincronização com o sistema de folha e legal, entre outros detalhes. Principalmente grandes empregadores terão muitas dificuldades

A partir de 1º de janeiro de 2018, o uso do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, o e-Social, começará a ser obrigatório para os empregadores e contribuintes com faturamento no ano de 2016 acima de R\$ 78 milhões e em 1º de julho do mesmo ano para

os demais empregadores e contribuintes. A Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) confirmou a Empresa Brasil que os prazos não serão prorrogados.

O e-Social exigirá um controle rigoroso das empresas com os dados de cadastro e pagamento de seus empregados, ativos e inativos,



afastamentos, medicina e segurança do trabalho. Para tanto, o software a ser adotado para a gestão de RH deverá estar totalmente sincronizado com o programa criado em conjunto pela Caixa Econômica Federal, pelo Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

A 10 meses da entrada em vigor do e-Social, a percepção do mercado é de que poucas empresas estão se preparando para essa mudança, relatou Edison Simonato, da Tidexa Software (SP).

“Se as empresas deixarem para se preocupar com o e-Social mais para frente, não haverá tempo para isso, pois a implantação requer vários testes, identificação com seus dados e módulos, sincronização com o sistema de folha e legal, entre outros detalhes. Principalmente grandes empregadores terão muita dificuldade em adotá-lo”, adverte Wolnei Ferreira, diretor jurídico da ABRH-Brasil (Associação Brasileira de Recursos Humanos).



### **O COMPROMETIMENTO DO RH**

As atribuições do chefe de RH nas empresas continuarão as mesmas, mas terão que dedicar inicialmente um tempo maior até que o sistema esteja totalmente implantado, funcionando e conferido, para evitar que a empresa seja alvo de fiscalizações eletrônicas, quando o sistema passar a ser obrigatório, acrescenta Ferreira. “Irregularidades em carga horária, controles, falta de pagamentos ou recolhimentos ou ainda o não cumprimento de quotas legais, como aprendizes e pessoas com deficiência, por exemplo, serão punidas no caso de descumprimento das normas do e-Social”, destaca.

Diante dessa demanda, segundo o dirigente, a situação estratégica de controle de carreira, treinamento, busca e manutenção de talentos, situações mais nobres do gestor de RH, só voltará a ser prioridade, futuramente,



Foto: divulgação

**Wolnei Ferreira, da ABRH-Brasil: “As atribuições do chefe de RH nas empresas continuarão as mesmas, mas terão que dedicar inicialmente um tempo maior até que o sistema esteja totalmente implantado”**



Foto: divulgação

**Márcio Massao Shimomoto, presidente do Sescon-SP: “Não há dúvida que a implantação do e-Social será um processo difícil. Entretanto, a tendência é reduzir a burocracia**

gado o comprometimento inicial que o e-Social exigirá.

Na área da contabilidade, por sua vez, com o e-Social deverão mudar todos os processos de como são tratadas as informações trabalhistas, previdenciárias e até algumas retenções na fonte que se referem a emprego.



### **TENDÊNCIA É REDUZIR A BUROCRACIA**

“O que até então nós fazíamos com as informações que o cliente não mandava, às vezes mensalmente ou só em determinados eventos, será mudado, porque os dados precisam ser lançados no momento da ocorrência”, explicou Márcio Massao Shimomoto, presidente do Sescon-SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas-SP). E exemplificou: “Com o e-Social, não dá mais para pensar em registrar o funcionário após ele já estar trabalhando há

uma ou duas semanas, pois esse registro precisará ser realizado antes do início do trabalho. Isso hoje, muitas vezes, acontece apenas no momento em que o empresário que o contratou lembra de comunicar a sua empresa de contabilidade.”

“E, em muitas vezes, esse momento é a hora da folha de pagamento, que ele precisa fazer o pagamento, então percebe que não tem um holerite. Esses usos e costumes o empresário vai ter que mudar para se adaptar ao e-Social.”

Há uma estimativa, conforme Shimomoto, de cerca de 170 informações a mais por empregado que a empresa de contabilidade irá preencher para cumprir a obrigação.

Sobre as dificuldades de implantação do e-Social, Shimomoto não tem dúvida de que será um processo difícil. Entretanto, a tendência é reduzir a burocracia. No caso do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), o MTE não tem como fiscalizar, mas com o e-Social isso se torna muito mais fácil e evidente, até mesmo as próprias legis-

lações trabalhistas. Todas as informações passam a fazer parte do e-Social e começa a haver a possibilidade de se realizar o cruzamento e a fiscalização disso de uma forma mais ágil e rápida. E também o e-Social tem a finalidade de tornar mais transparente a relação empresa-empregado, além de diminuir, dessa forma, um passivo tributário que possa ser criado, acrescenta.

“Toda mudança gera medo, anseios, desconforto, mas, eu prevejo que daqui a dois, três anos, quando isso entrar numa normalidade, colheremos benefícios lá na frente.”



## MEDICINA DO TRABALHO

No caso da Medicina do Trabalho, uma das mudanças a ser provocada pelo e-Social, de acordo com Fernando Akio Mariya, diretor administrativo adjunto da ANAMT (Associação Nacional de Medicina do Trabalho), é a necessidade

de gestão das informações sobre a saúde do trabalhador. Atualmente, essas informações são enviadas ao governo mensal ou anualmente. Com a implantação do e-Social, elas passam a ter seu envio à medida que ocorrerem no dia a dia de cada empresa.

Qual é o avanço a ser obtido com o e-Social na área da saúde e segurança do trabalhador? A evolução esperada é que as informações gerem melhoria contínua nos processos de prevenção de doenças e acidentes. O e-Social não está alterando nada que já não esteja previsto na legislação. Porém, o investimento de recursos financeiros e humanos para a adaptação fará com que as empresas e os serviços de segurança e saúde do trabalhador tenham benefícios de uma maior organização, produtividade e gestão, buscando soluções que tenham como objetivo mais do que simplesmente o compliance com o e-Social, mas também a melhoria contínua dos processos, sistemas, dados e governança, resultando em ambiente saudável e adequado para os funcionários.



Foto: divulgação

**Fernando Akio Mariya, diretor da ANAMT:**  
**“A evolução esperada é que as informações gerem melhoria contínua nos processos de prevenção de doenças e acidentes do trabalho”**

# Empresas optantes pelo Simples renegociaram mais de R\$ 16 bi em dívidas com a Receita Federal

Pedidos para parcelar os débitos podem ser feitos até o dia 10 de março

**D**ividir débitos antigos em um número razoável de parcelas e voltar a integrar o grupo de empresas optantes pelo Simples Nacional é uma possibilidade que o governo instituiu com a Lei Complementar nº 155, de 27/10/2016, também conhecida como Crescer Sem Medo. Muitos empreendedores endividados e optantes do Simples, que, por ironia, têm sistema tributário simplificado, perderam as condições de serem Simples. Mas para trazê-los de volta, a Receita Federal abriu o mutirão da renegociação. Até o dia 9 de fevereiro o montante de R\$ 16.878.047.400,97 já havia sido renegociado em todo país por micro e pequenas empresas que integram esse regime de tributação.

A previsão inicial era de que o prazo para parcelar os débitos e pedir a reinclusão seria o dia 31 de janeiro. No entanto, quem ainda não conseguiu



Foto: Itamar Aguiar

Afif "Sair do Simples pode ser o decreto de falência"

resolver as pendências já foi desligado do regime e precisa pagar ou parcelar a dívida para pedir nova adesão. Nesse caso, o empreendedor tem até o dia 10 de março, ou só poderá voltar a usufruir desse sistema em 2018.

O problema, segundo o contador Alexandre Freitas, é que nem todos os empreendedores com pendências estão cientes da possibilida-

de de renegociar as dívidas. "Em geral, a procura por orientação da área contábil é baixa. Muitos nem sequer sabem que podem parcelar e podem acabar perdendo o prazo", comenta o especialista da Maier Contabilidade e Auditoria, de Porto Alegre.

## ATENÇÃO AOS PRAZOS

O presidente do Sebrae Nacional, Guilherme Afif Domingos, alerta para o final do prazo. "Sair do Simples pode ser o decreto de falência", destaca. Conforme ele, o Simples é uma cápsula protetora dos pequenos negócios, e os empreendedores devem correr para não perder a oportunidade.

Ao todo, de acordo com levantamento divulgado em fevereiro pela Receita Federal, mais de 120 mil empreendedores já buscaram acertar as contas. E a expectativa é de que outros 300 mil também regularizem até o final do



*Alexandre Freitas: “Nem todos os empreendedores com pendências estão cientes da possibilidade de renegociar as dívidas”*

**A renegociação permite que o micro e pequeno empreendedor parcelam a dívida em até 120 meses, com pagamento mensal mínimo de R\$ 300,00**

prazo. No entanto, é preciso ficar atento, pois são parceláveis apenas os débitos apurados na forma do Simples Nacional vencidos até a competência maio de 2016.

A renegociação permite que o micro e pequeno empreendedor parcelam a dívida em até 120 meses, com pagamento mensal mínimo de R\$ 300,00.

### **AJUDA NA INTERNET**

Para facilitar a vida de quem ainda está com dúvidas sobre o assunto, a Receita Federal está disponibilizando dois vídeos no portal do Simples Nacional, na internet. Lá, o secretário-executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional, auditor fiscal Silas Santiago, apresenta os principais aspectos do parcelamento. Além disso, os vídeos também mostram o fundamento legal do programa, a quantidade de parcelas, os tipos de débitos abrangidos, o prazo de adesão, o período de apuração, o valor mínimo da parcela, a forma de rescisão, os juros a serem considerados para correção, os órgãos públicos concessionários, os parâmetros para regularização de retificações indevidas dos valores de tributos devidos e as características da opção prévia.

Para Guilherme Afif Domingos, “o Brasil está passando por momentos econômicos difíceis. As empresas precisam de mais fôlego financeiro para enfrentar a crise”. E completa alertando que sair do Simples pode ser o fim do sonho de empreender.

### **MUTIRÃO DA RENEGOCIAÇÃO**

Outra forma de resolver a situação é o Mutirão da Renegociação. Promovido pelo Sebrae Nacional, o programa ajuda os donos de micro e pequenas empresas a acertarem as contas. Além de estimular a regularização dos débitos tributários, incentiva e ajuda os empreendedores a renegociarem as dívidas bancárias, locatícias e com fornecedores.

Para isso, o Sebrae disponibilizou um hotsite com dicas para negociar com os diferentes tipos de credores e com perguntas e respostas sobre a campanha. Além disso, o Call Center do Sebrae (0800 570 0800) e os postos de atendimento espalhados pelo país também estão preparados para auxiliar os empreendedores a zerarem as dívidas.



Presidentes e chefes de Estados dos nove países do bloco estiveram reunidos em novembro

# Bloco dos Países de Língua Portuguesa articula criação de banco de fomento

Ideia é criar um Banco de Desenvolvimento Econômico e Social integrado pelas instituições financeiras de cada país, assim como já acontece na Europa

A facilidade de negociar em um mesmo idioma é o pano de fundo de toda uma rede de cooperação articulada pela Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CE-CPLP), aqui no Brasil e em outras oito nações. A principal bandeira erguida pela entidade é a da cooperação e aproximação das culturas para que se possa conquis-

tar um maior protagonismo para o bloco de língua portuguesa. Ao reduzir as fronteiras e quebrar tabus, será possível somar os recursos naturais e a capacidade produtiva de cada um e, por consequência, aumentar a competitividade diante das principais potências econômicas do mundo.

Integram o bloco o Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial,

Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Com a queda das barreiras, será permitida a livre circulação de pessoas, assim como de capital, serviços e mercadorias. Entre os principais segmentos que podem potencializar os mercados, estão o de tecnologia, além do biocombustível, petróleo, gás e a produção agrícola.

Todas as ações são consideradas de extrema impor-

tância em virtude do atual momento econômico que as nações atravessam, segundo a Confederação dos Países de Língua Portuguesa. “Nossa missão é emprestar conhecimento e dar suporte à gestão do bloco”, frisou o vice-presidente da Comissão Executiva da CECPLP, Gilberto Lima Júnior, ao lembrar que, pelos próximos dois anos, o Brasil está na presidência do grupo.

### **GESTÃO BRASILEIRA**

Em novembro passado, quando o presidente da República, Michel Temer, recebeu os mandatários dos demais oito países, o Brasil assumiu a missão de criar oportunidades de negócios para o bloco, que envolve mais de 256 milhões de pessoas. A grande conquista da gestão brasileira deve ser a implantação de um Banco de Desenvolvimento Econômico e Social integrado pelas instituições financeiras de cada país, assim como já acontece na Europa.

Além disso, os países passam a estar entre os prioritários no Plano Nacional de Exportações como forma de incentivar negociações multilaterais de comércio. A

soma das importações e exportações brasileiras para os integrantes do bloco já passou dos US\$ 20,9 bilhões. E, conforme o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, os principais destinos dos produtos brasileiros são Portugal e Angola.

### **PAPEL DA CACB**

A CACB passou a integrar o quadro da Confederação Empresarial como uma gigante que empresta a sua capilaridade. São mais de 2300 Associações Comerciais vinculadas, além das 27 Federações. Lima acredita no potencial de interlocução que a CACB é capaz de fazer, do ponto de vista institucional e orientação de mercado, com empresários de todos os portes.

Para ampliar ainda mais as potencialidades de negócios, o presidente da CACB, George Pinheiro, foi eleito vice-presidente da UE-CPLP (União Exportadora da CPLP). A eleição ocorreu em Portugal, no V Fórum da UE-CPLP, no dia 15 de dezembro último. “A integração é importante para incentivar as vendas e ampliar o mercado”, traduziu Pinheiro.

**A soma das importações e exportações brasileiras para os países do bloco já passou dos US\$ 20,9 bilhões. E, conforme o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, os principais destinos dos produtos brasileiros são Portugal e Angola**



*O empresário do setor de seguros é pernambucano e mora há mais de 20 anos no Pará*

# Fábio Lúcio Costa toma posse como novo presidente da Facciapa

Nova diretoria da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará tomou posse em cerimônia realizada em Belém

No último dia 30 de janeiro, Fábio Lúcio Costa tomou posse como novo presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará, na sede da Associação Comercial do Pará (ACP). A cerimônia marcou a passagem da gestão de Olavo das Neves na Federação, que sempre buscou consolidar as ações econômicas voltadas ao setor produtivo

do estado. O evento contou com a presença de diversas lideranças empresariais que demonstraram apoio à nova diretoria da casa.

Durante o evento, assumiram também o vice-presidente, Italo Ipojucan de Araújo Costa; o vice-presidente secretário, Walmir Ferreira Batista; o vice-presidente administrativo-financeiro, Sérgio Bitar; o vice-presidente regional metropolitano,

Alan Bitar; o vice-presidente regional nordeste, Francinílio Duarte Lourenço; o vice-presidente regional sul I, Jadiel Schimidt; o vice-presidente regional sul II, Marcelo Costa Silva, e demais diretores e secretários. Além da sede em Belém, a entidade atua por meio de cinco regionais e 62 associações que integram o sistema.

A seguir, a íntegra de sua entrevista a Empresa Brasil:



Foto: Divulgação



**“Hoje, enfrentamos uma carga tributária muito grande. São impostos e mais impostos que não condizem com a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do Estado”**

## **Como começou sua relação com o associativismo?**

Desde o período estudantil, entendi que juntos somos fortes. Tive participação ativa no Diretório Central de Estudantes e, já atuando no mercado profissional, busquei sempre estar presente nos movimentos que buscam o interesse coletivo. Por isso participei e tive oportunidade de presidir o Sincor-PA (Sindicato dos Corretores de Seguros do Pará), fui diretor da Fenacor (Federação Nacional dos Corretores de Seguros), participando ainda de diversas outras entidades, tendo hoje o orgulho de presidir a segunda mais antiga entidade empresarial do Brasil: Associação Comercial do Pará - ACP e agora assumo a Faciapa (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará), entidade que congrega 62 associações e que integra o Sistema CACB.

## **Quais são os principais desafios do empresariado do Pará?**

Hoje, enfrentamos uma carga tributária muito grande. São impostos e mais impostos que não condizem com a infraestrutura neces-

sária para o desenvolvimento do estado. Além disso, enfrentamos uma forte recessão no último ano, mas que se manteve mais amena no Pará, deixando-nos com o maior resultado do PIB no Brasil. Esperamos que isso seja um sinal de uma retomada ainda mais forte das nossas empresas, melhorando mão de obra, aprimorando recursos e motivando investimentos.

## **Quais são suas metas à frente da Federação?**

O nosso principal foco é sempre o desenvolvimento do estado do Pará. São inúmeras atividades para serem desenvolvidas nos próximos anos, incluindo uma participação ainda maior nas reformas tributárias e trabalhistas. São reformas que impactam diretamente a classe empresarial e devem ser amplamente discutidas para que a sociedade civil tenha participação em sua deliberação. Nosso intuito é que essas mudanças venham tornar mais dinâmico o processo de abertura de novas empresas, reestruturação de antigos negócios, além do fortalecimento da economia como um todo.

# A volta do crescimento

Um conjunto de fatores favoráveis à economia torna mais factível a recuperação do PIB ainda para este ano

Sete meses após a posse do presidente Michel Temer, o Brasil voltou a falar em crescimento do PIB, após as catástrofes de 2015 e 2016, em que o PIB recuou 3,8% e 3,6%, respectivamente. O consenso agora entre os especialistas é de que a economia deverá crescer em torno de 1% no Brasil, com perspectivas de avançar até 2,6%, em 2018, segundo previsão do economista José Mendonça de Barros.

Barros, aliás, enumera cinco motivos para acreditar na recuperação da economia, ou seja, uma excelente safra agrícola; uma razoável injeção de recursos na economia com a liberação do saque das contas inativas do FGTS; desaceleração da inflação; juros de 9,25% para o fim do ano e um número



Foto: Gustavo Ranieri/GMF

*Meirelles: "O mês de dezembro registrou recuperação da produção e de itens que são bons indicadores de atividade futura"*

inferior a 9% para 2018, e recuperação dos investimentos na área de petróleo e em transmissão de energia em alta tensão.


## **SAFRA DEVERÁ MOVIMENTAR R\$ 200 BILHÕES**

A safra deverá movimentar uma cifra de mais de R\$ 200 bilhões, o que repercutirá não somente no nível de atividades da indústria do

setor, mas também preços baixos de alimentos e mais produtos para exportar.

Somente a liberação do saque das contas inativas do FGTS é estimada entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões, boa parte dos quais será utilizada para reduzir dívidas ou consumir.

A desaceleração da inflação está sendo bem maior do que se esperava, o que



provocou um debate sobre a redução da meta para o próximo ano. Algo impen-sável nessa época, no ano passado, quando a inflação anualizada foi de 10,84%.

Como os dissídios de 2016 ficaram na faixa de 7,5% a 9% e a projeção da inflação para 2017 é de 4,7%, haverá um ganho real de salários neste ano. Além disso, a inflação de 2018 deverá ser semelhante. Como consequência, os dissídios coletivos deverão convergir para 5% ou 5,5%.

## **GOVERNO FARÁ NOVA REVISÃO DO PIB**

Neste mês de março, o governo fará nova revisão do PIB, conforme previsto na legislação. De acordo com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, existe uma série de dados novos da economia dos meses de dezembro e janeiro que precisam ser consolidados antes de o governo anunciar nova previsão.

Meirelles exemplificou que o mês de dezembro registrou recuperação da

produção e de itens que são bons indicadores de atividade futura, como papelão ondulado e pedágio de carga pesada nas estradas, além do aumento do consumo de energia.

“Está havendo uma série de mudanças importantes, uma inflexão positiva na economia brasileira. Acreditamos que nós devemos deixar isso consolidar-se para, aí sim, analisar o crescimento do PIB”, declarou o ministro.

Meirelles ainda disse considerar como previsão mais importante a de que o crescimento da economia no final de 2017 comparado com o final de 2016 será de 2%. “Isto é, comparando PIB do final de 2017 com PIB do final de 2016, teremos um crescimento de 2%. Portanto, o país já está numa trajetória de crescimento e vai crescer bem este ano”, comentou.

## **Evolução do PIB do Brasil**

Ano	PIB (nominal)	Tamanho do Crescimento (real)
2016	R\$ 6,267 trilhões	-3,647%
2015	R\$ 5,904 trilhões	-3,847%
2014	R\$ 5,521 trilhões	0,5%
2013	R\$ 5,316 trilhões	3,015%
2012	R\$ 4,806 trilhões	1,915%

**“Está havendo uma série de mudanças importantes, uma inflexão positiva na economia brasileira. Acreditamos que nós devemos deixar isso consolidar-se para, aí sim, analisar o crescimento do PIB”  
Ministro Henrique Meirelles**

# Política de incentivo à mediação e arbitragem tende a crescer no Brasil

Para o coordenador da CBMAE, da CACB, alternativas garantem uma maior participação dos envolvidos sem provocar rupturas

O último relatório Justiça em Números, elaborado em todos os anos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), deixou claro que a política de incentivo à mediação e à arbitragem tende a crescer no Brasil, afirma Eduardo Vieira, coordenador da CBMAE (Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial), da CACB.

Ele lembra que no encerramento de 2015, fim do período que compreende o levantamento, cerca de 74 milhões de processos estavam em tramitação no país, correspondendo a um aumento de 3% do estoque, ou uma alta de 1,9 milhão de ações em relação ao fim de 2014. O saldo aumenta continuamente desde 2009.

Desde aquele ano, o crescimento acumulado é de 19,4%, ou 9,6 milhões de processos pendentes a mais.

De acordo com o coordenador da CBMAE, a con-



*Vieira: "Para cada tipo de conflito, há uma solução que melhor atende ao interesse das partes e evita a litigiosidade"*

culiação e a mediação, em especial, oportunizam que as controvérsias sejam dirimidas de forma qualitativa e garantem uma maior participação dos envolvidos na busca de resultado viável e satisfatório, eliminando o fado do "vencedor e perdedor", cujas consequências, em geral, são o rompimento da relação. "O fato é que, para cada tipo de conflito, há uma solução que melhor atende ao interesse das partes e evita a litigiosidade", avalia Vieira.

O relatório do CNJ apresenta uma comparação entre os índices de conciliação nas fases de execução e conhecimento no primeiro grau do Poder Judiciário. Observa-se se que a conciliação ocorre substancialmente na fase de conhecimento (17%), sendo pouco frequente na execução (4%). A Justiça mais conciliadora, a Trabalhista, consegue solucionar 40% de seus casos de conhecimento por meio de conciliação. A Justiça Federal apresenta per-

centuais mais próximos entre ambas as fases, porém igualmente baixos (5% no conhecimento e 3% na execução). Já na esfera extraprocessual, nas Câmaras de Conciliação, Mediação e Arbitragem vinculadas à rede CBMAE, o índice de acordo na conciliação é de 80% dos casos em que as partes comparecem.

Para Vieira, a justiça brasileira é cara, lenta e pouco eficaz em função do grande volume de demandas que recebe. “Os litígios entre os empregados de uma empresa, entre empresas e seus clientes ou fornecedores,

além dos custos tangíveis dos processos, trazem ônus à imagem das entidades junto ao mercado, dificultando o processo de fidelização dos clientes. E isso é comprovado por meio de pesquisa do CNJ: apenas 27,8% dos empresários recorrem ao Judiciário; 82,3% apontam a morosidade excessiva do sistema judicial como justificativa. E 76,4% levam mais de um ano para resolver seus conflitos pela via judicial.”

*Para dar vazão ao estoque de processos, seria necessário cessar a distribuição por quase quatro anos*

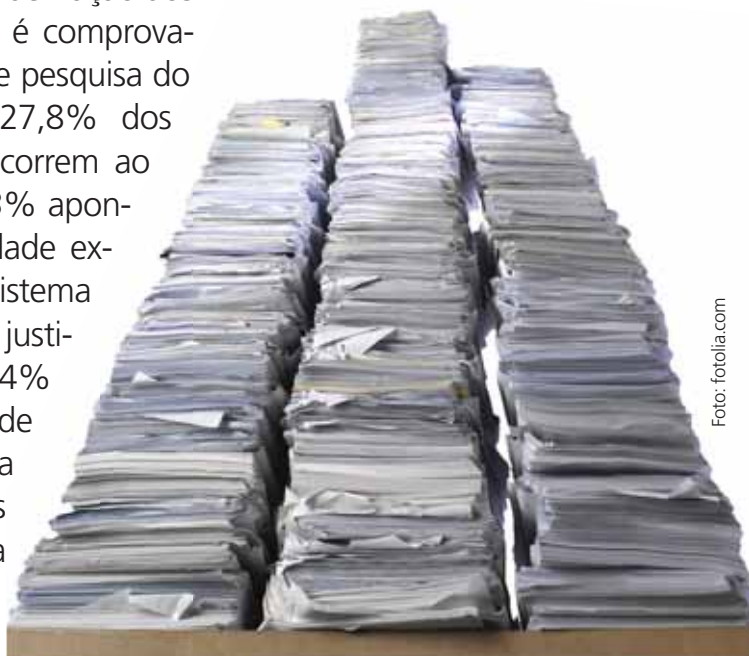


Foto: fotolia.com

## Número de processos ultrapassa 106 milhões

Dados do Relatório Justiça em Números 2015 do CNJ revelam que, dos 99,7 milhões de processos que tramitaram no Judiciário brasileiro no ano de 2014, 91,9 milhões encontravam-se no primeiro grau, o que corresponde a 92% do total. Atualmente, segundo a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por meio do contador digital, o Placar da Justiça mostra que o número de processos já ultrapassa 106 milhões.

Revelam também que o primeiro grau baixou 24,3 milhões de processos, a provar que sua capacidade produtiva anual é de apenas 27% da demanda (casos novos + acervo) imposta à sua apreciação. Isso demonstra que, para dar vazão ao estoque de processos, seria necessário cessar a distribuição por quase quatro anos e, nesse período, baixar anualmente o mesmo número de processos de 2014.

Em 2015, as despesas totais da Justiça somaram R\$ 79,2 bilhões, o que representou um crescimento de 4,7% na comparação com o ano anterior. Esse número equivale a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país), de acordo com o CNJ. Os gastos do Judiciário representam 2,6% das despesas totais da União, dos estados e dos municípios.



*Empreender realiza capacitação de consultores na Bahia*

# Programa ultrapassa as metas e alcança **1.591 empresas**

A previsão para julho deste ano é chegar a 60 municípios com 3.000 empresas e, pelo menos, 300 núcleos setoriais

O convênio de Retomada do Programa Empreender com o Sebrae, que teve início em março de 2015, já ultrapassou as metas estipuladas para o período, alcançando 1.591 empresas. A previsão para julho deste ano é chegar a 60 municípios com 3.000 empresas e, pelo menos, 300 núcleos setoriais – espaços criados para que empresários compartilhem boas

práticas do negócio e resolução de problemas por meio do associativismo.

Carlos Rezende, coordenador executivo da CACB, explica as principais mudanças com a retomada do Empreender, na parte técnica e financeira: “Nesta edição, a ACE (Associação Comercial e Empresarial) teve de apresentar um projeto, passando de beneficiária a protagonista. Além disso, foi

exigido o comprometimento da entidade com o repasse de recursos a serem aplicados no projeto, em vez de simplesmente estimar valores vinculados a espaços, divulgação, etc.”, diz Rezende.

As renovações se revelaram acertadas, apesar das dificuldades que algumas entidades ainda apresentaram: “Há um amadurecimento dos atores que tende a levar os benefícios para as MPEs de forma mais rápida e mais consistente, priorizando ações que, efetivamente, elevem a competitividade dos pequenos negócios”, analisa o vice-presidente da Micro e Pequena Empresa da CACB, Luiz Carlos Furtado Neves.

O projeto contempla atividades como capacitações dos consultores e coordenadores, bem como sensibilizações das diretorias, com visitas de acompanhamento técnico e de formação. Foram criadas peças publicitárias, e o projeto começou a ser promovido nas redes sociais, com divulgação de ações nacionais e dos estados. O programa também passou por uma revisão de metodologia e está prevista para este ano a realização do II Prêmio Empreender.

**Nos estados** – Hoje, o Empreender conta com 56 Associações Comerciais e Empresariais, beneficiando empresas participantes de 151 núcleos setoriais. Na **Bahia**, são 17 núcleos, envolvendo 182 empresas e 10 ACEs. O Núcleo Setorial de Turismo de Paulo Afonso, por exemplo, realizou uma pesquisa de satisfação com a finalidade de traçar um perfil socioeconômico do turista, detectar as principais carências do setor e determinar as prioridades a serem trabalhadas pelo Núcleo.

O presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia (Faceb), Clóves Cedraz, conta que o Empreender tem influência positiva direta sobre a gestão das empresas: “Além disso, elevou a competitividade das micro e pequenas empresas, promovendo o desenvolvimento organizacional das Associações”.

Em **Mato Grosso**, há 24 núcleos, com 7 ACEs e 207 empresas. O Núcleo de Óticas adotou o selo Ótica Legal para identificar lojas que vendem produtos com garantia de procedência e qualidade, oferecendo descontos e avaliações técnicas gratuitas para os clientes.





*Núcleo de empresários do Empreender realiza evento gastronômico em Caxias do Sul*

O presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Mato Grosso (Facmat), Jonas Alves de Souza, acredita que, com união, é possível ampliar ainda mais o trabalho: “Temos recursos disponíveis e estrutura para que o Empreender em Mato Grosso seja ainda muito maior. Por isso, precisamos trabalhar a unidade dentro do estado para propagarmos o projeto”.

**Minas Gerais** já conta com 54 núcleos. O projeto reúne 21 Associações e 507 empresas. O Núcleo de Academias da cidade de Formiga criou a Amostra de Academias na Rua, evento fitness com apresentações de várias modalidades, atendi-

mento personalizado, distribuição de frutas, avaliações físicas e sorteios de brindes.

Segundo o presidente Emílio Parolini, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas), para as ACEs é de extrema importância ter o Empreender na grade, porque programas como esse ajudam a economia local. “É o momento em que se escuta o empresário, em que ele se envolve e se fortalece através do diálogo”, aponta.

**Pernambuco** tem 30 núcleos em funcionamento, atendendo a 343 empresas por meio de 9 ACEs. Em Caruaru, a Feira do Empreende-

dor, com o espaço “Inovação e Tendências de Mercado”, envolveu empresários dos núcleos de Alimentos e Bebidas, Construção Civil, Moda e Confeções, Saúde e Bem-estar, Turismo e Economia Criativa.

Para o presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco (Facep), Jaime Espósito, “não se pode medir esforços para levar às Associações produtos e estratégias que gerem sustentabilidade e competitividade, ajudando no desenvolvimento das empresas locais”.

No **Rio Grande do Sul**, participam 9 ACEs. São 26 núcleos de 352 empresas. Em Caxias do Sul, o I Circuito de



Gastronomia reuniu mais de 150 empresas, com palestras gratuitas sobre temas relevantes para o setor.

O presidente da Associação das Empresas de Pequeno Porte do RS (Microempa), responsável pelo Empreender no estado, Jovenil Vitt Lima, afirma que, com o Empreender, é possível crescer, trocar experiências, capacitar empresários e gerar novos negócios: “Tem sido um grande marco de mudanças para as empresas, impactando em desenvolvimento para os municípios envolvidos. Nossas empresas já participaram de 450 reuniões e desenvolveram mais de 100 planos de ação focados no cooperativismo e no associativismo”.

**Parcerias** - Os resultados do Empreender têm sido tão expressivos que o Sebrae apoia o projeto há mais de 20 anos. Agora, a iniciativa tem a parceria da União Europeia, com investimentos que se estendem a todos os países da América Latina, por meio do programa de cooperação internacional AL-Invest 5.0. Outro importante apoio tem sido do Grupo Votorantim, com experiências de núcleos setoriais nas cidades de Itaú de Minas e Fortaleza de Minas/

MG, e Pinheiro Machado/RS. Também é destaque a participação do Empreender nos eventos da União Nacional de Entidades do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (Unecs), os quais visam ao desenvolvimento das empresas.

De acordo com o Gerente da Unidade de Atendimento Setorial Comércio e Serviços do Sebrae, André Spínola, “o Empreender é valioso, pois busca implementar a competitividade das empresas, a partir do viés associativo. É um ganho duplo, estimula o desenvolvimento das empresas e das ACEs. Na parceria com a CACB, uma das entidades brasileiras mais alinhadas com a nossa missão, temos a capilaridade necessária para garantir a continuidade e o sucesso do projeto”.

Para o presidente da CACB, George Pinheiro, o Empreender complementa todo o esforço de integração e oferta de informações e formação para nossas filiadas. “Valorizamos muito a gestão, e o Empreender traduz nossa preocupação e formaliza nossas ações no sentido de qualificar, sempre, nossos empreendedores. Nossas parcerias expressam sua importância,” explica.

**Os resultados do Empreender têm sido tão expressivos que o Sebrae apoia o projeto há mais de 20 anos. Agora, a iniciativa tem a parceria da União Europeia, com investimentos que se estendem a todos os países da América Latina, por meio do programa de cooperação internacional AL-Invest 5.0**

# Safra recorde irá injetar **R\$ 200 bilhões na economia**

É um sinal de menores pressões nos preços ao consumidor e de bons ganhos com as exportações do agronegócio



*A projeção de crescimento na produção de soja é de 8,7%, podendo atingir o recorde de 103,8 milhões de toneladas*

**P**uxada pela dobradinha soja e milho, a expectativa de uma boa safra de grãos e oleaginosas deverá proporcionar uma receita superior a R\$ 200 bilhões neste ano. É uma cifra recorde, assim como o volume de produção, e com ganhos acima da inflação. Mais dinheiro nas zonas de produção rural pode dar algum impulso ao consumo e às indústrias de máquinas e insumos agrícolas.

O economista da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Renato Conchon diz que a receita deste ano avança quase 14% em relação à de 2016, descontada a inflação. Já o economista Fabio Silveira, sócio da consultoria MacroSector, estima receita de R\$ 226,1 bilhões, com crescimento real de quase 16%.

O resultado favorável da renda do campo deste ano

reverte a frustração que houve em 2016, quando a produção recuou por causa das perdas climáticas provocadas pelo El Niño. “2016 é um ano para ser esquecido”, lamenta Leandro Cezar Teixeira, gerente da Cocamar Cooperativa Agroindustrial, de Maringá, no noroeste do Paraná.

A estimativa de colheita divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é de 215,3 milhões

de toneladas de grãos. Serão 28,6 milhões de toneladas a mais frente à safra anterior, de 186,7 milhões de toneladas. Os dados são do 4º Levantamento da Safra 2016/2017.

## **PRODUTIVIDADE**

Para o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Marcos Montes, a situação é positiva por causa da produtividade alcançada pelo homem do campo. Mesmo com a expectativa de crescimento de 15,3% na produção, o aumento da área plantada foi de apenas 1,3%. “Esses números provam que a nossa agropecuária cresce em rendimento e sustentabilidade, usando praticamente a mesma área para colher cada vez mais”, afirmou Montes.

Para a soja, a projeção de crescimento é de 8,7% na produção, podendo atingir o recorde de 103,8 milhões de toneladas, com aumento de 8,3 milhões de toneladas. A área cresceu 1,6%. O milho primeira safra deverá alcançar 28,4 milhões de toneladas, com um aumento de 9,9% ou 2,5 milhões de toneladas frente à safra 2015/16 e ampliação de 3,2% na área. No

total, as duas safras de milho alcançarão um volume de 84,5 milhões de toneladas.

Como sempre, o agricultor planta a safra com a atenção voltada para o clima, que varia entre as regiões. Esse comportamento permanece até o final da colheita, apesar das previsões traçadas de uma temporada de menor risco climático.

## **CÂMBIO**

Um ponto de forte preocupação é o fato de o dólar de referência para o custeio das lavouras de soja e milho primeira safra, por exemplo, ter ficado acima de R\$ 3,40. O risco da taxa de câmbio cair abaixo desse valor é bem grande, com impacto negativo nas receitas. Na cana de açúcar, e seus derivados etanol e açúcar, os desafios continuam enormes e dependerão muito do rumo a ser dado pelas políticas públicas.

Em 2016, as exportações do agronegócio brasileiro totalizaram US\$ 85 bilhões, um declínio de 3,7% em relação aos US\$ 88,2 bilhões comercializados no ano anterior, e o saldo do comércio exterior no agronegócio brasileiro fechou o ano com superávit de US\$ 48 bilhões.

**Um ponto de forte preocupação é o fato de o dólar de referência para o custeio das lavouras de soja e milho primeira safra, por exemplo, ter ficado acima de R\$ 3,40. O risco da taxa de câmbio cair abaixo desse valor é bem grande, com impacto negativo nas receitas**

# Juiz do Trabalho do Paraná integra grupo responsável pela nova legislação trabalhista

Foto: Faciap/Divulgação

Estatuto Brasileiro do Trabalho será mais moderno e deve começar a ser produzido a partir de março

O juiz federal Marlos Augusto Melek, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 9ª Região, passa a integrar um grupo que irá tratar da nova legislação trabalhista do Brasil. O texto, que Melek está chamando de Estatuto Brasileiro do Trabalho, será mais moderno e deve começar a ser produzido a partir de março, quando o grupo entrega ao presidente Michel Temer uma carta de intenções para a alteração da lei trabalhista do Brasil.

Em entrevista à assessoria de comunicação da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap), Marlos Melek contou que esta é a primeira



*Melek: "Por mais que ela tenha sofrido emendas, o espírito da lei é arcaico e precisa ser reformado com urgência"*

vez que um juiz é convidado a participar de um grupo de trabalho convocado pelo Palácio do Planalto.

A seguir, leia os melhores trechos:

### **Como será a atuação do novo grupo de trabalho?**

Penso que o trabalho não será realizado para um governo, mas para o país. Para 12 milhões de desempregados e para milhares de empresários, principalmente os micro e pequenos, que estão com a corda no pescoço. Muitos dizem

que essa reforma não será possível por conta da fragilidade do governo. Discordo. O Brasil está sangrando há dois anos e, independentemente das forças políticas que se aglutinem contra ou a favor da Reforma Trabalhista, é certo que a mensagem desta mudança chegará a todos. Ela será construída por um grupo de trabalho formado por pessoas dignas e decentes, que irá ouvir democraticamente a sociedade brasileira, todos os setores, para trazer a modernização de que a lei tra-

balhista necessita, tanto para atender aos anseios de quem investe e contrata, como também para o trabalhador, que precisa de um emprego de qualidade. Trabalho desde os 14 anos, já fui empregado, já fui empregador e sei dos desafios e das dificuldades.

### **Por que o Brasil precisa de uma Reforma Trabalhista?**

Pela primeira vez na história temos os dois lados insatisfeitos. De um lado, 12 milhões de desempregados. Do outro, quem empreende e quem gera empregos no país, que são os micro, pequenos e grandes empresários, e o capital estrangeiro. Todos estão insatisfeitos com as regras confusas do direito brasileiro, um sistema legal que deveria gerar oportunidades aos negócios, mas que acaba se revelando uma ameaça à medida que não traz segurança jurídica.

Outro motivo para que a reforma seja feita: a legislação é de 1940. Por mais que ela tenha sofrido emendas, o espírito da lei é arcaico e precisa ser reformado com urgência. Precisamos modernizar uma série de aspectos da relação capital-trabalho. Isso pode fazer do Brasil um

exemplo para o mundo nesta nova normatização que eu estou chamando de Estatuto Brasileiro do Trabalho.

### **A legislação brasileira atual oferece segurança jurídica?**

A atual legislação não oferece segurança jurídica. Uma só profissão muitas vezes é regida por até sete leis específicas diferentes, como é o caso do motorista de caminhão. Temos CLT, lei do terceirizado, lei do agregado, convenção coletiva e outras. Isso cria uma grande teia, um emaranhado enorme de normas, e muitas brechas. A Reforma Trabalhista resolveria esse problema com base em três eixos. O primeiro é a simplificação. A legislação trabalhista é muito complexa, precisa ser simplificada. O segundo é a liberdade. Hoje, o Estado brasileiro interfere demais nos contratos. Com o passar dos anos, a proteção ao trabalhador se engrandeceu exageradamente, o que acabou desequilibrando as relações trabalhistas. Queremos buscar o equilíbrio, prestigiando a liberdade em vez da intervenção do Estado. Por fim, mais segurança jurídica para ambas as partes.

**“Todos estão insatisfeitos com as regras confusas do direito brasileiro, um sistema legal que deveria gerar oportunidades aos negócios, mas que acaba se revelando uma ameaça à medida que não traz segurança jurídica”**

# O verdadeiro herói nacional

**N**ão há tempo a perder. Esse poderia ser o lema de um guia não somente do Brasil, atolado em uma das mais profundas crises políticas, econômicas e sociais, mas de todos os que estão empenhados em recuperar o tempo perdido. Em seu último livro, em que essa mesma frase é usada como título, o consagrado navegador Amyr Klink nos brinda com mais uma lição de vida.

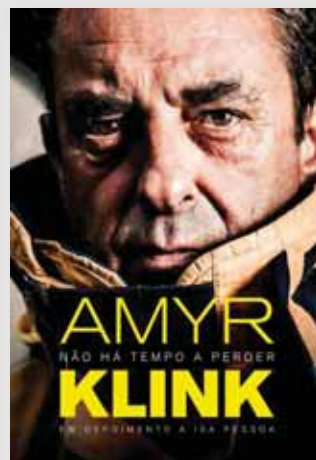
Em depoimento à editora Isa Pessoa, Klink revê sua trajetória, revela fracassos e frustrações de seus audaciosos projetos, e mostra como é a pessoa Amyr Klink – empresário, escritor, inventor, planejador – em uma conversa autobiográfica de um dos verdadeiros heróis do Brasil de hoje. Klink fala sobre a importância da resiliência, a capacidade de se recobrar ou superar as dificuldades, da necessidade de ter um planejamento, de trabalhar duro e, acima de tudo, de agir, ter atitude contra a burocracia, a inércia, a falta de recursos, a dúvida, o cansaço ou mesmo o desconhecimento técnico. Tudo isso com a proficiência de alguém que palestra há

mais de 30 anos no meio empresarial.

Diz Klink: “Não existem planos perfeitos nem viagem perfeita. Mas há um momento em que você precisa partir. Sou obstinado, meticuloso e posso adiar a partida muitas vezes se ainda não considerar o projeto suficientemente seguro. Isso já aconteceu muitas vezes. Mas há quem permaneça viajando no sonho. E nunca parte para colocá-lo em prática. É muito triste dar-se conta dos sonhos que encailharam, dos barcos que nunca saíram do quintal. Os planos reduzem os riscos, mas não podem assegurar que tudo vai dar certo na viagem”.

Da experiência de exímio navegador, ele anotou um importante aprendizado dos “viajantes do mar”, que pode ser aplicado sistematicamente em qualquer plano de gestão estratégica. “Depois das viagens, com suas inúmeras tormentas e desafios, o legado mais importante são as anotações feitas no diário de bordo, que possibilitam, para outras viagens, a identificação de falhas e oportunidades de suas correções”.

**“Há quem permaneça viajando no sonho. E nunca parte para colocá-lo em prática. É muito triste dar-se conta dos sonhos que encailharam, dos barcos que nunca saíram do quintal”**



**NAO HÁ TEMPO A PERDER**

**Autor:** Amyr Klink

**Páginas:** 216

**Formato:** 16cm x 23cm

**Editora:** Tordesilhas

**Preço:** R\$ 39,90

# Dívidas antigas, solução agora

Por Dora Ramos\*

**S**e na sua casa as despesas multiplicaram-se e a situação financeira ficou complicada em 2016, você esteve como a maioria dos brasileiros. No último semestre, a Confederação Nacional de Comércio, Bens, Serviços e Turismo divulgou um dado preocupante: 58,2% das famílias do país estavam endividadadas, e muitas delas declararam não ter condições de pagar boletos, carnês e faturas de cartões de crédito pendentes.

Diante de uma situação como essa, a primeira coisa que fazemos é nos questionarmos sobre o que fizemos para chegar a tal condição. Acontece que, em meio ao desespero, as respostas parecem não chegar; e, quando não identificamos as causas do problema, solucioná-lo se torna praticamente impossível.

Embora cada família tenha suas peculiaridades, todas estão sob algumas condições semelhantes e enfrentam dificuldades parecidas. A maior delas é, sem dúvida, resistir às ofertas do comércio. Estrategicamente, o mercado nos esti-

mula a consumir de maneira desenfreada, criando necessidades que não temos.

O primeiro passo para quitar dívidas antigas é reduzir as despesas atuais, e, para isso, é indispensável distinguir gastos necessários e supérfluos. Essa não é uma tarefa fácil, e o ideal é que seja feita com o consentimento de toda a família. Identificados os exageros, é hora de

**O primeiro passo para quitar dívidas antigas é reduzir as despesas atuais, e, para isso, é indispensável distinguir gastos necessários e supérfluos**

cutá-los. Abrir mão de alguns caprichos é um sacrifício necessário para sair do vermelho.

Despesas imprevistas também estão entre as principais causas do endividamento. É verdade que, muitas vezes, erramos porque não temos reserva destinada a um acidente, problema de saúde, viagem de emergência, pagamento de uma multa e afins, e esses gastos, além de inesperados, podem ser fre-

quentes, enormes e nos colocar em uma situação muito difícil.

Renegociar as pendências nos permite mensurar o tamanho do problema e estabelecer prazos para solucioná-lo definitivamente. Ainda que você descubra que regularizar sua situação será um processo demorado, saberá que, em um momento definido, as circunstâncias melhorarão. Durante o período de renegociação e acerto de contas, é necessário pensar em nossos equívocos a fim de que, futuramente, não os repitamos.

Encarar os números ainda é a dica mais simples e eficaz para lidar com eles. Para quem tem dívidas, colocá-las no papel é importantíssimo para estimar suas proporções. Para aqueles que não têm grandes problemas financeiros, registrar os gastos é uma alternativa interessante para garantir que, em algum momento, você não vá consumir mais do que arrecada. Que tal enfrentar as contas e começar um período revolucionário para o seu orçamento?

*\*Educadora financeira e diretora responsável pela Fharos Contabilidade & Gestão Empresarial*



**CERTIFICADO DE  
ORIGEM CACB**

## **Caminho livre para a sua exportação**

Certificado de Origem é um documento a ser providenciado pelo exportador junto às entidades filiadas à CACB, que comprova a origem da mercadoria a ser exportada e permite isenção ou redução do imposto de importação.

O sistema de emissão de Certificados de Origem da CACB proporciona uma forma rápida, prática e segura para a emissão de Certificados de Origem. A CACB tem como objetivo facilitar o dia-a-dia das empresas exportadoras brasileiras, oferecendo uma plataforma na qual os Certificados de Origem são emitidos via sistema online, garantindo agilidade, segurança e redução de custos operacionais.

**AGILIDADE**

**SEGURANÇA**

[www.cacb.org.br/certificadodeorigem](http://www.cacb.org.br/certificadodeorigem)

✉ Contato via e-mail: [eco@cacb.org.br](mailto:eco@cacb.org.br)

**CACB**   
**PROGERECS**